

## DISCURSO NA CERIMÔNIA DE DESPEDIDA

- Excelentíssimo Senhor presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo JOSE PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
- Excelentíssimo Senhor corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo NAMYR CARLOS DE SOUZA FILHO
- Excelentíssimo Senhor Jurista RENAN SALES VANDERLEI;
- Excelentíssimo Senhor Jurista LAURO COIMBRA MARTINS
- Excelentíssimo Senhor Juiz Estadual MARCOS ANTONIO BARBOSA DE SOUZA
- Excelentíssimo Senhor Juiz Estadual ANSELMO LAGHI LARANJA, em substituição à Excelentíssima Juíza Estadual Isabella Rossi Naumann Chaves
- Excelentíssimo Senhor Juiz Federal ALCEU MAURICIO JUNIOR
- Excelentíssimo Procurador Regional Eleitoral nomeado Alexandre Senra
- Excelentíssimo Procurador Regional Eleitoral substituto nomeado PAULO AUGUSTO GUARESQUI
- Excelentíssimo Diretor-Geral do TRE ALVIMAR DIAS DO NASCIMENTO
- Excelentíssimo Desembargador do Tribunal de Justiça Sérgio Ricardo
- Excelentíssima Juíza Federal do Trabalho Anna Beatriz Matias Diniz
- Ilustríssimos servidores da Procuradoria Regional Eleitoral Cynthia, Wayata, Andressa, Mayra e Gilberto.
- A todos os Ilustríssimos servidores deste TRE, especialmente Renato, Joesmar França, Cláudia Giestas, Gustavo e Flávia Mancilha
- Excelentíssimos membros substitutos Dra. Giselle de Oliveira, Dr. Américo Bedê e dr. Eduardo Xible Salles Ramos
- Excelentíssimos juízes auxiliares Délio e Paulo César e demais autoridades e pessoas presentes ou que acompanham esta cerimônia pela Internet.
- Excelentíssima Senhora Juíza Estadual HELOÍSA CARIELO

Após quatro anos de oficiando neste tribunal, dois como substituto e dois como titular da Procuradoria regional eleitoral do espírito santo com assento neste TRE, despeço com a sensação de feito o que podia, deixando minha singela contribuição para a Justiça Eleitoral. Quatro anos atrás, eu ingressava nas sessões eleitorais com o Dr. Aníbal na presidência e o Dr. Ronaldo na Corregedoria, ambos aposentados. Sinal de que a hora da minha aposentadoria deve estar chegando. Foram substituídos pelos desembargadores Samuel Meira e Carlos Simões.

Os juízes estaduais eram o hoje desembargador Ubiratan e a querida dra. Heloísa Carielo. Os juristas eram os doutos Adriano Saldanha e Rodrigo Júdice. E o juiz federal era o dr. Fernando Matos, que foi substituído pelo digníssimo Dr. Rogério Moreira Alves. Todos já devidamente ex-integrantes desta casa. Mais um alerta de que já passei da hora.

Titularizei em plena pandemia, momento em que as sessões eram totalmente feitas pela internet, situação que perdurou por um bom tempo. E no qual este Tribunal foi pioneiro, fazendo a primeira sessão plenária virtual do país, em 19.03.20, de forma que quando os efeitos da pandemia se agravaram, esta corte já estava preparada para as sessões judiciais virtuais, que também foi a primeira corte a fazê-lo.

O momento é de agradecer. Chego até aqui com o coração em paz e a certeza de que trilhei um bom caminho. Deixei muito de mim e levo mais ainda de todos os meus colegas que contribuíram com o meu crescimento. Agradeço por tantos ensinamentos e tenham certeza que sentirei falta de todos.

Minha jornada no TRE foi uma experiência notável e enriquecedora. Desde o início, quando tive a honra de ser convidado para officiar neste corpo de trabalho dedicado à promoção e garantia da democracia em nossa nação, fui recebido com um caloroso acolhimento e uma imensa vontade de aprender e contribuir.

Cada composição em que atuei trouxe consigo desafios únicos e oportunidades de crescimento. As eleições, como o coração da nossa democracia, são momentos críticos em que todos nós que compomos o macrossistema chamado de Justiça Eleitoral assumimos a responsabilidade de garantir que o processo eleitoral no estado do Espírito Santo seja justo, transparente e livre de irregularidades. Participar ativamente desses processos foi uma experiência que mudou a minha perspectiva e me mostrou a importância de nosso trabalho.

No entanto, o que mais valorizo em minha trajetória no TRE foram as conversas profundas e significativas que tive com os componentes desta corte e com os servidores da Procuradoria Eleitoral e dos gabinetes dos membros. Cada um de nós, vindos de diferentes formações e perspectivas, trouxe riqueza e diversidade às discussões. Os debates que travamos, algumas vezes apaixonados e sempre respeitosos, ajudaram a moldar nossas decisões e aprimorar nossos entendimentos.

Além disso, o constante aprendizado que experimentei na procuradoria Regional eleitoral é inestimável. A cada reunião, a cada caso, a cada desafio, adquiri novos insights e conhecimentos que não apenas me tornaram um profissional mais competente, mas também uma pessoa mais consciente do papel crucial que nossa instituição desempenha na sociedade.

O Ministério Público Eleitoral e a Justiça Eleitoral enfrentam, nos tempos atuais, uma série de desafios que testam sua eficácia e capacidade de garantir a integridade do processo democrático. Embora sejam instituições vitais para a estabilidade da democracia em qualquer país, diversos obstáculos surgiram ao longo dos anos, tornando seu papel ainda mais complexo. Cito seis deles.

1) Avanços tecnológicos: Um dos principais desafios é acompanhar o rápido avanço tecnológico. A introdução de sistemas eletrônicos de votação e a crescente influência das redes sociais nas campanhas políticas trouxeram à tona questões relacionadas à segurança cibernética, ao acesso equitativo à informação e à disseminação de notícias falsas. O Ministério Público Eleitoral precisa constantemente adaptar suas práticas para enfrentar essas ameaças.

2) Financiamento de campanhas: A dependência de financiamento para campanhas políticas coloca um peso significativo sobre o Ministério Público Eleitoral. A busca por financiamento e o monitoramento das doações exigem uma supervisão rigorosa para evitar a influência indevida do poder econômico nas eleições. A falta de regulamentação adequada pode minar a integridade do processo eleitoral.

3) Cenário político polarizado: Manter a integridade e a independência em um ambiente polarizado é um dilema complexo.

4) Desinformação: A disseminação de notícias falsas e desinformação durante as campanhas eleitorais exige esforços para proteger a integridade das eleições.

5) Acesso equitativo ao voto: Garantir que todos os cidadãos tenham acesso equitativo ao voto, independentemente de sua origem étnica, socioeconômica ou geográfica, é um desafio constante. O Ministério Público Eleitoral deve lutar contra a discriminação e a exclusão, garantindo que o sistema seja verdadeiramente representativo. Isso inclui a correta fiscalização das fraudes contra as cotas de gênero e contra as fraudes em financiamentos das cotas raciais.

6) Sobrecarga de trabalho: A realização de eleições frequentes exige recursos financeiros, humanos e logísticos consideráveis, muitas vezes com prazos apertados. A celeridade exigida para as manifestações ministeriais e para as decisões judiciais leva a uma sobrecarga de trabalho tanto para o Ministério Público Eleitoral quanto para a Justiça Eleitoral nos anos eleitorais. Tal sobrecarga deve ser combatida tanto com a chegada de novos servidores quanto com o uso de novas tecnologias. Essas providências são vitais para a manutenção (ou até melhora) da saúde mental dos servidores encarregados de tais processos.

Diante desses desafios, Ministério Público Eleitoral deve continuar a se adaptar, inovar e buscar soluções para manter a confiança do público no sistema democrático. É fundamental que a sociedade esteja comprometida em enfrentar esses obstáculos, apoiando uma Justiça Eleitoral independente, bem financiada e capaz de proteger a integridade das eleições, alicerçando assim a democracia.

Para se ter uma ideia do tamanho do desafio, somente a PRE/ES, neste biênio 2021/23, atuou com cerca de 8.000 manifestações no sistema, sendo cinco mil delas de ciência e três mil de promoções em autos judiciais. Foram ajuizadas 96 ações eleitorais e interpostos 233 recursos. Por isso, toda a equipe de servidores da PRE, aqui representada pela Cynthia, Wayata, Andressa, Gilberto e a recém-chegada Mayra merece todo o meu respeito e admiração pelo trabalho e comprometimento integral durante todo o biênio 2021/23. Mesmo diante de tal movimentação processual, alguns assuntos viraram prioridade nesta gestão. Um deles, que falei em minha primeira sessão como PRE titular e que, para o bem ou para o mal, está disponível nas redes sociais para ser conferido, foi o do esforço que seria feito para o combate às candidaturas fictícias, que fraudam as cotas reservadas a mulheres por lei.

Em virtude disso, nas últimas eleições foram interpostas 10 ações de investigação judicial eleitoral pela ocorrência, na ótica desta, de candidaturas fictícias, fraudando a cota mínima de candidaturas feminina. Gosto sempre de observar que a observância da norma não se resume é uma mera questão de gênero. Há reflexos financeiros, pois como já devidamente estudado pelos cientistas eleitorais, candidaturas com mais recursos têm maiores chances de sucesso nas urnas. E as candidaturas fictícias servem para parte do sistema político não dividir com as mulheres que efetivamente podem ser eleitas os recursos públicos recebidos, impedindo a renovação dos parlamentos municipais e do estadual.

Em maio de 2022, após ações ajuizadas pelo Ministério Público Eleitoral, pela primeira vez o TRE/ES cassou chapas inteiras de vereadores em Rio Bananal e Itapemirim. Na esteira desse precedente, várias outras fraudes foram reconhecidas e devidamente cassadas, seja por este TRE, como no caso de Mimoso do Sul, seja após recursos para o TSE, como no caso de Vila Valério. Essas ações, aliadas à adesão desde o início da procuradoria Eleitoral ao Pacto pelo enfrentamento da violência política contra a mulher, coordenado pela Escola Judiciária deste Tribunal.

Da mesma forma, foram ajuizadas duas ações em face de candidatos que se declararam negros, receberam recursos público do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e os repassaram a candidatos não negros, o que viola frontalmente a intenção do legislador.

Por derradeiro, destaco o número de 31 ações de impugnação de registros de candidaturas ajuizadas contra fichas sujas pela procuradoria Eleitoral. Dado o prazo exíguo para a propositura das ações, a instrução dos procedimentos a juntada da documentação mínima, necessária para o ajuizamento das ações exigiu enorme esforço dos servidores da procuradoria, que foi recompensado com a procedência das impugnações e o afastamento de pessoas sem histórico de moralidade da vida pública, o que se constituiu em um ganho para a sociedade.

Agradeço a Deus, pela oportunidade;

A minha esposa Anna Beatriz e meus três filhos (Yasmin, Cléo e Cesinha, aqui presentes), pela paciência e amor, principalmente em um ano com tantas dificuldades pessoais por ela enfrentadas com brilho, como esse 2023.

Aos meus pais Aldenir e Antonio, pelos exemplos de retidão moral e de me mostrar aonde se pode chegar com persistência e estudo;

Aos meus irmãos Alexandre e Marco, pelo companheirismo em todos os momentos da vida;

A toda família e amigos que torceram pelo êxito dessa jornada.

A todos os membros, servidores, advogados e demais integrantes do sistema de Justiça Eleitoral, com que tive a oportunidade de conviver durante esses últimos quatro anos.

Entrego a Procuradoria a dois colegas melhores profissional e tecnicamente do que eu, os doutores Alexandre Senra e Paulo Guaresqui, que, tenho certeza, elevarão esta PRE e este TER no tocante à prestação dos serviços eleitorais que devemos prestar à sociedade capixaba e brasileira.

Quando crescia na localidade de Piabetá, em Magé/RJ, jamais imaginei que pudesse fazer parte do serviço público eleitoral. Ainda mais chefiando o Ministério Público, instituição secular de tutela da sociedade e da democracia, fiscal maior da lei. Estar aqui hoje me traz a certeza de estar fazendo as coisas certas, certo com esforço, ética e correção, sem a necessidade de atropelar ninguém, infelizmente conduta muito comum hoje em dia. No meu caso, estar aqui, neto de analfabetos, é resultado de um esforço de décadas.

À medida que avançamos juntos, enfrentando os desafios do nosso tempo e buscando aprimorar constantemente o processo eleitoral, quero expressar minha profunda gratidão por ter feito parte desta equipe excepcional da Procuradoria Eleitoral. Ademais, o TRE é mais do que uma instituição; é uma comunidade comprometida com a promoção dos ideais democráticos que sustentam nossa nação. E por isso, eu sou eternamente grato por todas as composições em que atuei e pelas lições valiosas que delas retirei.

Que possamos continuar a trabalhar juntos, a aprender uns com os outros e a garantir que melhores condições de vida floresçam em nossa terra para todos os brasileiros. Juntos, somos mais fortes, e juntos, podemos moldar um futuro mais brilhante para todos. E faço isso não só para atual sociedade, mas para as futuras, de nossos filhos. Espero que daqui a poucos anos os meus filhos Yasmin, Cléo e Julio Cesar vivam em uma sociedade mais livre, justa e solidária do que a nossa.

É por isso e para isso que trabalhamos incessantemente na Procuradoria Regional Eleitoral. E continuaremos trabalhando. A vida existe para ser vivida.

Muito obrigado